Segurança

Durante ação policial em Paraisópolis, garoto de 7 anos é baleado na cabeça

___ Secretaria diz que agentes realizavam patrulhamento e foram recebidos a tiros; PM alega que câmeras estavam funcionando e policiais não foram responsáveis por disparo

Uma criança de 7 anos foi baleada na cabeca, na manhã de ontem, durante uma operação policial em Paraisópolis, zona sul de São Paulo. A Secretaria da Segurança Pública (SSP) diz que não há informações sobre quem é o autor do disparo. Nesta semana, a polícia paulista ainda retomou o reforco de operações na Baixada Santista, após o desaparecimento de um PM.

Decisão do Supremo

Há 7 dias, STF decidiu que a União e os Estados estão sujeitos a indenizar vítimas de bala perdida

Kauã Veríssimo Félix estava com a mãe, Luana Carmo Veríssimo, quando foi atingido pelo projétil. Ele precisou ser socorrido, mas passa bem, de acordo com líderes comunitários de Paraisópolis.

Conforme a secretaria, os policiais militares realizavam um patrulhamento na comunidade, quando teriam sido recebidos com tiros na Viela Passarino. "Os policiais intervieram e os suspeitos fugiram. Após a ação, foi constatado que uma criança ficou ferida."

NADA NAS CÂMERAS. A Polícia Militar afirmou, em entrevista coletiva realizada na noite de ontem, que a crianca não foi atingida por policiais. A avaliação foi possibilitada pela análise das câmeras corporais dos três agentes envolvidos na ocorrência - as gravações ainda não foram divulgadas. Segundo a PM, todos eles estavam usando o equipamento no momento da ação.

A SSP informou ainda que as circunstâncias dos fatos estão sendo apuradas para investi-gar a origem do ferimento da criança. O boletim de ocorrência foi registrado no 89.º DP, que solicitou perícia no local.

O líder comunitário Gilson Rodrigues disse que uma manifestação será realizada nesta quinta-feira, em frente à sede da União dos Moradores. "Vamos pedir uma agenda com o governador (Tarcísio de Frei-

Desaparecimento de PM motiva nova operação na Baixada Santista

Após o desaparecimento do PM Luca Romano Angerami, no domingo, no Guarujá, a Polícia Militar de São Paulo deflagrou nova operação na Baixada Santista, litoral paulista. Um homem de 36 anos foi preso, suspeito de partici-pação no crime. Segundo a Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo (SSP), cerca de 250 policiais foram deslocados para reforçar o policiamento, prender

tas). Se ele não nos receber, iremos até o Palácio (dos Bandeirantes, sede do governo estadual, que fica no Morumbi, bairro vizinho)", destaca.

O site de notícias G1 divulgou imagens de um vídeo gravado por moradores da comu-nidade de Paraisópolis que mostram policiais militares recolhendo objetos na rua onde

os envolvidos e auxiliar nas buscas pelo soldado.

A retomada do patrulhamento ostensivo na região ocorre menos de três semanas após o fim da Operação Verão, que foi criticada por entidades de direitos humanos por causa da alta letalida de policial. Parentes de mortos e a Ouvidoria das Polícias de São Paulo falaram em supostos abusos das forças de segurança, negados pela secretaria. O número de mortos em operações policiais na região desde o ano passa do (Escudo e Verão) passa de 80. • RENATA OKUMURA

a crianca de 7 anos foi ferida. Com base nas imagens, o ouvidor da Polícia, Cláudio Aparecido da Silva, viu "tentativa muito grave de fraude processual" e, por isso, vai pedir à Corregedoria da PM que os agentes envolvidos na ocorrência sejam afastados das ruas.

RESPONSABILIZAÇÃO. Há uma

semana, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que a União e os Estados estão sujeitos a indenizar vítimas de bala perdida em operações policiais ou seus familiares, mesmo quando não há conclusão sobre a origem do disparo. A partir de agora, se a perícia para atestar de onde partiu o tiro for inconclusiva, isso não afasta, por si só, a responsabilidade do poder público.

A indenização está prevista não apenas no caso de mortes, mas também de "ferimentos", como lesões permanentes. "As balas perdidas são inadmissíveis, porque elas não são perdidas, elas são balas que acham sempre os mesmos", defendeu o ministro Flávio Dino.

A União poderá responder por vítimas em operações das Forças Armadas, Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal, enquanto os Estados têm responsabilidade por ações da Polícia Militar e da Polícia Civil. Se houver operação conjun-ta, a condenação pode ser solidária, ou seja, dos governos federal e estadual.

'Não adianta colocar câmera e não dar qualificação'

ENTREVISTA

Fernanda Prates Pesquisadora, professora de Direito na FGV

MARCIO DOLZAN

auxílio da tecnologia para melhorar o com-bate à criminalidade e facilitar o trabalho de segurança pública é cada vez mais comum, mas a forma como ela vem sendo utilizada ainda está aquém do que deveria. É o que constatam pesquisadores da Escola de Direito da FGV Rio, que elaboraram um estudo com base em entrevistas com gestores e agentes públicos das forças de segurança e mais de duas mil reportagens da grande mídia. "Uma coisa que a pesquisa mostra muito é que investir em tecnologia, por si só, não resolve os problemas", afirma Fernanda Prates, uma das responsáveis.

Como vê o uso das câmeras corporais nas fardas da polícia? É uma tecnologia que veio para ficar?

O que chama a atenção quando falamos sobre tecnologia em geral, e em especial sobre câmera corporal, é a importância de ter uma formação para isso. Não adianta colocar um instrumento caríssimo, uma tecnologia nova, no peito do policial que está correndo, fazendo mil coisas, e não dar a qualificação necessária para a pessoa usar. Principalmente na Polícia Militar, alguns dos nossos entrevistados falaram: 'olha, gera medo de você utilizar aquela tecnologia e quebrar'. Para além disso, o que também é frequente na fala dessas pessoas - e entrevistamos muita gente da PM – é o receio da fiscalização.

Como é isso?

A câmera corporal traz isso: de o policial que está na ponta se sentir fiscalizado, e não só com a câmera, mas com o GPS

também. Para isso, é importante essa formação constante. Vemos que a tecnologia não muda só a questão técnica, muda toda a rotina. (Mas) não adianta filmar se esse material

não é oferecido para as pessoas interessadas.

Em termos de custo-beneficio, investir mais em tecnologia é mais interessante do que investir em efetivo. em viatura, em equipamento para o dia a dia?

A curto prazo, pode parecer mais interessante investir naquela coisa do dia a dia, em viatura, mas a médio e longo prazos, investimento em tecnologia é investimento inteligente. Preserva a vida tanto dos policiais quanto preserva a vida das pessoas, dos cidadãos. •

